

## App de transporte substituirá frota do governo federal

*Projeto, que começou em Brasília, chegará a todos os órgãos, Rio e SP em 2018. Ministério da Agricultura conseguiu cortar 78% dos gastos*

BÁRBARA NASCIMENTO

O transporte de servidores públicos federais vai passar por uma grande mudança. O objetivo da União é acabar com a frota própria e carros alugados para toda a administração em Brasília e para os funcionários federais das cidades do Rio e de São Paulo. No lugar dos carros próprios, entrará o TáxiGov, aplicativo que já é utilizado por 16 órgãos em Brasília e que será a única opção para quem trabalha na Esplanada dos Ministérios (administração direta) a partir de fevereiro de 2018.

O app, semelhante ao Uber e ao 99Taxi, permite ao governo pagar apenas pela corrida feita. Atualmente, os órgãos públicos são obrigados a manter uma frota própria ou, o mais comum, a pagar pela locação de veículos e contratação de motoristas terceirizados, que ficam à disposição e recebem, sejam acionados ou não.

O Ministério do Planejamento estima gastar, em todo o país, R\$ 700 milhões por ano com aluguel de carros só para atender o Executivo. Só os servidores da Esplanada gastam cerca de R\$ 32 milhões por ano com transporte. Quando todos

tiverem aderido ao programa, estima-se que esse custo cairá a R\$ 12 milhões.

Até agora, o Planejamento calcula ter reduzido seus gastos em 63%, ou R\$ 1,8 milhão, com o uso do app. De fevereiro, quando começou o programa, até outubro, foram 40,9 mil corridas, ao custo de R\$ 1,3 milhão. Pelo modelo anterior, o gasto teria sido de R\$ 2,9 milhões. Segundo o secretário de gestão do Planejamento, Gleisson Rubin, em ministérios com um “serviço mais ultrapassado”, com frota própria e motoristas do quadro de pessoal, a economia foi maior.

Na Agricultura, por exemplo, chegou a 78%. — Queremos que a administração pública acabe com o setor de transportes, não tenha mais gasto com manutenção, locação, seguro e combustível de carros — diz Rubin, que espera que isso se torne realidade para a administração indireta em Brasília já no ano que vem. Depois, será feita a expansão para outros estados.

Rio e São Paulo são as próximas cidades porque têm grande número de servidores públicos. O TáxiGov só não abrange ministros e secretários, que utilizam carros próprios ou alugados pelo órgão. Rubin conta que o app ainda permite um “ganho não-monetário”, já que fornece informações sobre trajeto, motivo da viagem, tempo de espera, custo e se o caminho foi mesmo o

menor possível. Isso reduziria a possibilidade de mau uso.

— Essa camada de controle é a grande novidade. O servidor agora sabe que o governo está monitorando — diz Rubin. O núcleo de gestão do Ministério do Planejamento deve apresentar em breve também um plano de extinção da frota particular. Uma parte deve ser vendida, e outra deve ser destinada a atividades de fiscalização. Os motoristas do quadro de pessoal serão realocados.

A empresa de transporte que atende o aplicativo é escolhida por licitação, e o contrato dura um ano. O critério de escolha é o maior desconto possível sobre o preço tabelado. Em Brasília, o desconto vencedor foi de 14,8%, e apenas cooperativas de táxi participaram do primeiro certame. Mas, já que este ano a capital federal regulamentou apps como Uber e Cabify, eles poderão concorrer na próxima licitação. O mesmo critério será aplicado quando o TáxiGov chegar a Rio e São Paulo.

A medida chegou a ser questionada pelas empresas de aluguel de carro no Tribunal de Contas da União (TCU), que decidiu em favor da União. O calendário de implantação do TáxiGov deve respeitar o vencimento dos contratos que os órgãos têm com as locadoras, para que o governo não tenha que arcar com multas.

## Fazenda defende a não punição de servidores por empréstimos

BRASÍLIA

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), vinculada ao Ministério da Fazenda, defende que não haja punição aos servidores que participaram das emissões títulos que bancaram os empréstimos do Tesouro ao BNDES. O órgão enviou ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) em que rebate os argumentos de que houve financiamento do banco público à União e ressalta que todas as operações foram autorizadas por lei. A PGFN defende a impossibilidade de responsabilização de qualquer servidor do Ministério da Fazenda e diz que as condutas tiveram como pressuposto "interpretação razoável das leis". Auditores.

A ausência de previsão dessas operações de emissão direta de dívida no Orçamento federal também despertou críticas por

parte dos auditores. Sobre este ponto, o Tesouro ressaltou ao TCU, por meio de ofício, que não há essa exigência explícita na legislação, "mas novos entendimentos dos órgãos de controle e da própria STN têm apontado que tal previsão constitui boa prática orçamentária a ser adotada como regra geral".

A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento enviou ofício em que alega que "o mero aporte de títulos aos bancos públicos representou tão somente uma transferência patrimonial momentânea, não representando fluxo de receitas e despesas", e que a incidência dessas operações no Orçamento se daria em momento distinto. Mas o órgão também reconhece a necessidade de melhorias e propôs a inclusão de programa orçamentário para as emissões diretas ou aumento de capital de instituições financeiras./I.T. e A.F.

## “Sistema S no orçamento é inconstitucional”

Idiana Tomazelli/BRASÍLIA

A inclusão dos recursos das contribuições de empresas ao Sesi e Senai, entidades que integram o Sistema S, no Orçamento federal seria "inconstitucional", defende a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota enviada sábado ao Broadcast, a CNI diz ainda que eventual mudança que permita essa contabilização "não ampliará o controle nem a transparência sobre os recursos". "Pelo contrário, comprometerá o trabalho de reconhecida excelência desenvolvido pelas duas instituições na formação profissional e na saúde e segurança dos trabalhadores brasileiros", justifica a CNI.

Para a confederação, essas verbas "são privadas e não podem ser consideradas impostos". Como mostrou sábado a reportagem do Estado, a arrecadação do Sistema S que passa pelos cofres federais

e é repassada às entidades entrou na mira do relator de receitas do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que pretende incluir em seu relatório a previsão de que esses recursos sejam contabilizados no Orçamento. O objetivo é dar mais transparência à aplicação do dinheiro, sem diminuir o valor destinado a essas atividades. Parecer da Comissão de Orçamento do Senado é favorável à medida.

A Receita repassou em 2016 R\$ 16,4 bilhões às 11 entidades do Sistema S. O dinheiro é recolhido pelas empresas – conforme o setor, o percentual varia de 0,2% a 2,5% sobre a folha de pagamentos – para bancar atividades de qualificação de mão de obra, desenvolvimento de microempresários e proporcionar atividades de lazer e saúde. Neste ano, entre janeiro e setembro, o Fisco recolheu R\$ 12,8 bilhões e repassou ao Sistema

S. De acordo com a CNI, a Constituição "deixa claro que esses recursos são privados, o que foi confirmado em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF)".

"Ao contrário dos impostos, os valores da contribuição compulsória são recolhidos apenas de determinadas categorias profissionais e empresas, e não de todo o público, e têm de ser destinados a propósitos específicos", diz a entidade. O comunicado da CNI cita o jurista e ex-presidente do STF Carlos Mário Velloso, para quem a fiscalização feita por órgãos públicos deveria ser feita só em "termos finalísticos": para detectar se a entidade executou as atividades para as quais recebeu os recursos. A CNI destacou ainda que entende, pela legislação, que serviços sociais autônomos não estão sujeitos à exigência de licitação para contratação de bens ou serviços.

## Governo envia pacote de ajuste fiscal neste mês

● Pressionado pelo Congresso, o governo decidiu não esperar pela conclusão da votação da denúncia contra o presidente Michel Temer e vai enviar, ainda neste mês, o pacote de ajuste fiscal que vai ajudar a cumprir o Orçamento do ano que vem. São ações que, se não forem aprovadas logo, vão comprometer o fechamento das contas de 2018, em que está previsto um rombo de R\$ 159 bilhões.

Do lado da redução de despesas, por exemplo, o governo prevê uma economia de R\$ 5,1 bilhões com o adiamento do reajuste do funcionalismo programado para janeiro. Entre as receitas, o governo corre o risco de deixar de arrecadar R\$ 6 bilhões com a tributação dos fundos de investimento exclusivos. Isso porque a taxa



Ministro Dyogo de Oliveira (Planejamento): rombo exige medidas

exige uma anualidade (ou seja, se não for aprovada neste ano, não poderá vigorar em 2018).

Outra medida que o governo precisa aprovar em 2017 é o aumento da contribuição previdenciária dos servidores que ganham mais de R\$ 5 mil (de 11% para 14%).